O avanço do Estado Penal no mundo e no Brasil

The Advance Of The Penal State Worldwide And In Brazil

Inaê Soares Oliveira¹

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo elencar alguns elementos constituintes para o avanço do Estado penal no âmbito internacional e apreender suas particularidades em solo nacional. Para isto se valeu de pesquisa bibliográfica cujo foco de análise perpassou pela generalização da ideologia neoliberal como um elemento central para as modificações contemporâneas do Estado marcadas pela deterioração de esferas da vida e do trabalho, a destituição dos direitos sociais, a privatização das esferas estatais e a expansão do discurso da “lei e da ordem”, principalmente sobre as “classes perigosas”.

PALAVRAS-CHAVES: mundialização do capital; neoliberalismo; Estado penal.

ABSTRACT:

This article have the purpose to show the constituent elements for the advance of the penal state in a international scope and learn about its particularities in national territory. For that end, we've done bibliography research focusing on analysis of the generalization of the neoliberal ideology as a central element for contemporary modifications of the state marked by life and job deterioration, the undoing of social rights, the privatization of the state sphere and the expansion of the speech about "law and order", specially concerning the "dangerous classes".

KEYWORDS: mundialization of the capital; neoliberalism; penal state.

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente temporária do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email: inae.soares1@gmail.com

1 Introdução

O conceito e o que se compreende por “Estado” se encontra em um terreno complexo e tem sido teorizado sob diversos ângulos. Interessa para este trabalho situar o Estado a partir das relações de produção e da correlação de forças existente entre as demandas do capital e as necessidades vinculadas ao mundo do trabalho, procurando apresentar, no cenário contemporâneo, as argumentações conceituais e teóricas do sociólogo francês Loïc Wacquant sobre o avanço do denominado *Estado Penal*.

O ponto de partida para esta investigação se encontra na crise do capital de 1970, que tem como marca, entre outras questões, a ruptura com o pacto keynesiano-fordista e a adoção dos princípios neoliberais por parte de vários governos no mundo. Vale ressaltar que a ruptura deste pacto significou o desmonte do que ficou conhecido nos países centrais como estado de bem-estar social², recebendo denominações particulares a partir de cada estado-nação.

Para Wacquant (2001), o desmonte do *welfare state* se deu em consonância com o avanço do Estado penal-punitivo, cuja amplitude de práticas e discursos pode ser encontrada nos argumentos disseminados pelos Estados Unidos de “lei e da ordem”, de “tolerância zero” e da prisão como principal estratégia de penalização da crescente pobreza. Segundo Wacquant (2012), estes métodos se adequam mais facilmente às exigências econômicas e políticas impostas pelas modificações no modo de produção capitalista. Ao passo que se reordena este modo de produção através pela reestruturação dos meios de produção, ampliação das formas de financeirização da economia e flexibilização das relações e postos de trabalho, se redefinem também as funções do Estado, alterando as formas de controle da sociedade.

Podemos dizer, em termos iniciais, que o neoliberalismo aciona “novos” mecanismos punitivos e coercitivos que devem ser pensados a partir das formas encontradas pelo Estado para lidar com ampliação das inseguranças sociais provenientes das modificações no âmbito da economia, do trabalho, das políticas sociais e do próprio Estado.

Para Wacquant (2012), a *mão invisível do mercado* necessitou da expansão do “punho de ferro” do Estado para garantir a retomada da taxa de acumulação, pois as

² *Welfare state* ou Estado de bem-estar social é identificado como os anos dourados ou gloriosos do capital, pois foi a partir das ideias de John Maynard Keynes e Henry Ford que se combinou as necessidades do capital com a aceitação de algumas reivindicações da classe trabalhadora, proporcionando máximas como produção em massa para consumo em massa e conquistas como salários indiretos, regulamentações trabalhistas e direitos sociais.

consequências exigidas para tal feito somente poderiam ser controladas através do recrudescimento do uso da força, visível pelo aumento no número de policiais, presídios e legislações punitivas, além da narrativa de exacerbação do outro como inimigo, o que faz recair, historicamente, sobre os imigrantes, pobres e negros, as acusações de serem os principais sujeitos responsáveis pela ampliação das sensações de insegurança e medo que vêm crescendo nas metrópoles e pequenas cidades do mundo.

2 Elementos para repensarmos o avanço do Estado Penal no mundo

O Estado é uma construção social e histórica que corresponde a determinadas relações de produção, o que repercute nas relações de reprodução social. É uma instituição capaz de fazer interesses privados se tornarem interesses da sociedade como um todo. Ele é um espaço originalmente contraditório. É, para alguns autores, o lugar da “mediação” entre os interesses antagônicos e inconciliáveis do capital e trabalho, porém é essencialmente garantidor da exploração e dominação de classe. Na sociedade capitalista, o Estado é sempre de classe.

O Estado é muito mais que dominação de classes. Mas é *essencialmente dominação de classes*. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é *fundamentalmente a principal condensação das relações de poder*. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, *mas é essencialmente uma comunidade, porém, ilusória*. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é *principalmente violência concentrada* (OSORIO, 2014, p. 17).

A análise que aqui se pretende traçar se inicia, como já sinalizado, com a crise de acumulação do capital, que desencadeou na crise do *welfare state*. Vale memorar, que a construção deste modelo estatal somente foi possível pelas resistências e força do movimento operário, pela polarização em que se encontrava o mundo, dividido entre ideários baseados no capitalismo e no socialismo, e pela necessidade de retomada da acumulação do capital em um momento anterior, marcado também por crises, cuja saída esteve ancorada em medidas anticrises, entre elas, o avanço de garantias sociais via políticas sociais. Este modelo de Estado, baseado na relação keynesiana-fordista, tinha como *máximas* uma produção em massa para consumo em massa, o crescimento econômico com garantias sociais, a tentativa de formular práticas de “emprego pleno”, salários indiretos, ou seja, a construção de um Estado intervencionista nas demandas populares e sociais.

Ao apresentar sinais de esgotamento sua da capacidade lucrativa e conciliatória, os opositores do *welfare state* retomaram o investimento no discurso que alegava ser o caráter intervencionista do Estado o motivo da crise. A necessidade de retomada da taxa de lucro abriu espaços para o estabelecimento de concepções irracionais, em termos sociais, porém que correspondiam às reais expectativas econômicas do momento. Críticos ferrenhos do *welfare state*, os defensores dos princípios neoliberais acreditavam que a estabilidade econômica somente era possível de ser obtida pela contenção de gastos, pela manutenção da taxa “natural” de desemprego e pelas reformas fiscais.

Constata-se que o neoliberalismo entendido como “[...] a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (DARDOY e LAVAL, 2015, p. 17) trouxe modificações estruturais para a classe trabalhadora. No que diz respeito ao âmbito do trabalho, por exemplo, destituiu-se milhares de postos de trabalho, ampliou-se os mecanismos de exploração da força de trabalho, flexibilizou-se as garantias trabalhistas conquistadas duramente no processo da luta de classes e contribuiu para a fragilização da organização dos trabalhadores, construindo narrativas de captura da subjetividade.

O sentimento que passou a marcar este estágio do desenvolvimento capitalista foi o de instabilidade do cotidiano, necessidade de correr riscos, inseguranças sociais, cuja principal forma encontrada pelo Estado para combater tais inseguranças provenientes da desregulação econômica, política e social passaram pelo recrudescimento da lei, da violência institucional e do encarceramento em massa, criando uma espécie de *cortina de fumaça* para mistificar a gênese do problema, ou seja, o próprio funcionamento do modo de produção capitalista, salientando como motor a insegurança criminal.

Até meados da década de 1970, estudiosos acreditavam que a prática de encarceramento estava chegando ao seu esgotamento, pois outros mecanismos de controle se apresentavam mais exitosos, porém não foi o que ocorreu nos anos seguintes, onde a prisão passou novamente a ganhar destaque.

Para autores como Di Giorgi (2006), Melossi e Pavarini (2014) o nascimento da prisão esteve ligado à necessidade de poupar a destruição dos corpos para utilizá-los no processo de desenvolvimento do capitalismo através da obrigatoriedade ao trabalho. A prisão, apesar de ter sido vista como uma forma mais humana de punir e retribuir o dano, se comparada às antigas punições corporais, escondia em suas facetas as desigualdades

existentes em sua aplicação. Esta contradição, inerente ao capitalismo, repercute diretamente no formato da desigualdade jurídica, pois tanto determinadas leis quanto determinadas punições sofrem modificações ou são simplesmente abandonadas quando se trata de alguém com maior poder aquisitivo.

Para Foucault (2010), o que entrava em contrapartida ao uso da prisão era os dispositivos disciplinares, pois, para o autor, estes dispositivos seriam capazes de cumprir de maneira mais exitosa a função de controle da sociedade. Desta forma, o panoptismo seria a forma por excelência de exercer sobre os indivíduos uma vigilância individual e contínua, podendo ser compreendido a partir da tríplice: vigilância, controle e correção. Foucault (2002) acreditava ainda que o panoptismo alcançaria uma capilaridade cada vez maior chegando a cumprir o papel de vigilância do indivíduo e da sociedade.

Outro debate construído por Foucault diz respeito ao conceito de biopolítica, que de maneira abreviada para este trabalho podemos entender como a manifestação do domínio do poder sobre a vida. Este conceito se faz caro para a análise aqui presente, pois repercute na soberania do Estado no ato de exercer o direito de matar.

Assim como Foucault, o sociólogo David Garland também visualizava mudanças no que dizia respeito aos métodos punitivos, principalmente aqueles voltados à prática do encarceramento. Porém, Garland (2008) também visualizou que, de maneira surpreendente, nos anos 1970 ocorreram modificações políticas, sociais e econômicas que fizeram com que a prisão ganhasse fôlego e força inimagináveis.

Segundo Garland (2008), no período estabelecido do Estado de bem-estar social, as fundações institucionalizadas no campo do controle do crime, como a polícia, os tribunais e as prisões, eram orientadas por ações de cunho correcionalista (reabilitação, tratamento individualizado, sentenças indeterminadas e pesquisa criminológica) e práticas especializadas (livramento condicional, liberdade vigiada etc.). A finalidade destas práticas era criar uma estrutura penal-previdenciária híbrida. Isto significava que ela combinava o legalismo liberal com o compromisso correcionalista de reabilitação e bem-estar.

Ainda para o sociólogo, as modificações na esfera econômica alteraram a forma de pensar o Estado de bem-estar, que foi culpabilizado, juntamente com os pobres, por uma série de implicações sociais e econômicas, tais como: o aumento nos índices de criminalidade; a deterioração das relações inter-raciais; o crescimento no número de beneficiários; o declínio de valores tradicionais; o aumento de impostos; a inflação e a baixa

lucratividade. Estes fatores, geradores de ansiedade, impulsionaram a articulação de políticos e políticas conservadoras.

Apelando ao conservadorismo social das classes médias “trabalhadoras”, “respeitáveis” (e largamente branca), políticos da “nova direita” culpam os pobres desvalidos pela vitimização da sociedade “decente” – pelo crime nas ruas, pelos gastos com previdência, pelos altos impostos, pela militância sindical [...] (GARLAND, 2008, p. 214).

Revertendo as soluções encontradas pelo Estado de bem-estar, a política neoliberal consolidou as leis “naturais” do mercado, estabelecendo a competição, a desigualdade, o desemprego e os riscos como fenômenos necessários para o movimento tanto da economia quanto da mobilidade social. Esta política encontrou no neoconservadorismo seu complemento moral, pois os neoconservadores clamavam pelo retorno de uma sociedade ordeira, disciplinada e, acima de tudo, que preservasse os valores da família. A resposta encontrada combinava o “neoliberalismo” (a reafirmação das disciplinas do mercado), o “neoconservadorismo” (afirmação das disciplinas morais) e a “retração do Estado” concomitantemente à construção de um aparato estatal mais poderoso e autoritário do que antes [...]” (GARLAND, 2008, p. 215).

A partir desses elementos, o crime passou a ser entendido como uma ação racional, um problema de indisciplina, de personalidade, de falta de autocontrole e, até mesmo, como algo intrínseco à própria condição dos indivíduos, que passaram a ser vistos como sujeitos que mereciam ser detidos e punidos vigorosamente. Assim, podemos entender que as estratégias de segregação passaram a ser consolidadas pelo prolongamento das penas e pelo endurecimento de políticas contra o crime. As políticas de controle do crime passaram também a ser desenvolvidas a partir da intenção de punir os pobres.

Tanto Michael Foucault quanto David Garland se preocuparam em fundamentar, cada um a partir de seu referencial teórico, o percurso para a compreensão das mudanças nas políticas destinadas ao controle do crime e à função da prisão. Os dois autores em questão suspeitavam que a prisão estava com seus dias contados, porém o final dos anos 1970 veio demonstrar que não. Garland (2008) compreendeu que o retorno da prisão ao centro das políticas de controle do crime, que se estabeleceu como uma técnica punitiva, foi decorrente das mudanças na forma de experimentar e visualizar o crime que, para ele, passou a ser remodelado a partir de uma visão reacionária da pós-modernidade.

Para tal feito, a mídia também cumpriu um papel ideológico importante, pois ela passou a utilizar determinados símbolos que se coadunavam com os anseios da população por estabilidade e segurança, identificando nos sujeitos mais empobrecidos a imagem de ameaça aos bens materiais e de causadores das perturbações sociais. Logo, estes passaram a ser tratados como inimigos, e com os inimigos deve-se ser rígido, intolerante, implacável, e de preferência deve-se tirar-lhe a condição de humano. “Para estes indivíduos restavam a vigilância, a segregação e a contenção” (RODRIGUES, 2008, p. 35), como também a seletividade, a repressividade e a estigmatização (SOUZA, 2013).

No século XIX, a contenção punitiva enquanto técnica de governo para administrar o aprofundamento da marginalidade urbana tornou-se parte efetiva da política social e penal no final do século XX. Essa técnica alberga a ansiedade social difusa que flui através das regiões médias e baixas do espaço social como reação à desintegração do trabalho assalariado e ao reaparecimento da desigualdade, convertendo-a em rancor popular contra os beneficiários do bem-estar social e os criminosos de rua, imaginados como categorias gêmeas, separadas e caluniadas, que sabotam a ordem social com a sua moralidade dissoluta e o seu comportamento dissipado, devendo, portanto, ser colocados sob tutela severa. O novo governo da pobreza inventado pelos Estados Unidos para reforçar a normalização da insegurança social confere, portanto, um significado todo novo à noção de “ajudar os pobres”: a contenção punitiva oferece ajuda não *para* os pobres, mas sim *dos* pobres, mediante o “desaparecimento”, pela força, dos mais problemáticos e o encolhimento do número de pessoas que se beneficiam das políticas sociais, por um lado, e por outro, pelo inchamento dos calabouços do castelo carcerário (WACQUANT, 2015, p. 8).

É nesses termos que Wacquant (2007) traz um aparato de como expressões da questão social³ passaram a ser tratadas no “novo governo da insegurança social”. Este modelo de insegurança, que passou a ser gestado, é definido pela passagem de uma proteção social para uma punição penal, configurando os principais elementos do Estado penal marcados pelo: *workfare state*, marcado pela obrigatoriedade do trabalho mesmo em condições precárias, e *prisonfare*, marcado pela política de expansão do encarceramento em massa.

Nessa esteira, o Estado democrático de direito vê-se ameaçado pela expansão do Estado penal, pois ocorre a busca da segurança em lugar da busca da liberdade, o discurso da segurança pública em lugar do discurso de direitos humanos, a proteção de poucos, em contraposição à proteção de todos os indivíduos. Presencia-se a política de despolitização, com a

³ Entendemos as expressões da questão social como constitutivas do desenvolvimento capitalista. Elas são visíveis pelo antagonismo existente entre capital e trabalho, ou seja, pela imensa capacidade de produção e apropriação de riqueza por um lado e o empobrecimento de contingentes extensos de trabalhadores por outro, porém também se expressam pela resistência dos trabalhadores.

exacerbação do individualismo, multiplicação das desigualdades sociais e reificação da humanidade. Assiste-se à passagem do Estado Providência para o Estado Penal (SOUZA, 2013, p. 241).

Para compreendermos a realidade da insegurança social, vale trazer dados de uma matéria publicada pelo site da ONU Brasil, datada em 17 de outubro de 2018, que aponta que quase metade da população do mundo não consegue satisfazer suas necessidades básicas, isto corresponde a cerca de 3,4 bilhões de pessoas. Segundo matéria da Uol, datada de 11 de setembro de 2018, as agências da ONU constataram o aumento da fome no mundo pelo terceiro ano consecutivo, o corresponde a 821 milhões de pessoas. No Brasil, os números apontam para 5,2 milhões de pessoas. Dados relacionados ao mundo do trabalho salientam que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2020 a taxa de desemprego deve aumentar para 2,5 milhões de pessoas. No Brasil, este número representará 12,9 milhões de pessoas.

Em contradição a estes dados, segundo matéria do G1, datada de 19 de janeiro de 2020, 1% dos mais ricos do mundo detém o dobro da riqueza possuída por 6,9 bilhões de pessoas, o que confirma as teses da lei geral de acumulação, seja na condição da proporção inversa com que a apropriação da riqueza se dá mediante a pobreza, seja nas condições de concentração e centralização de capitais.

Nestes termos, compreende-se que o Estado depende cada vez mais do aparato punitivo e das instituições penais para conter a desordem produzida pela sufocante desigualdade, pelo desemprego em massa, pela imposição do trabalho precário e pelo desmonte da proteção social. Estes elementos apresentam particularidades em cada território, é o que veremos com relação ao Brasil.

3 O Estado Penal e as particularidades do Brasil

O Brasil se apresenta como um caleidoscópio de muitas épocas da sua formação sócio-histórica. É notório que durante todo o seu percurso histórico houve traços de modernização acompanhados de conservação das estruturas estabelecidas, ou seja, por um lado o país se modernizou e, por outro, conservou estruturas hierarquizadas e autoritárias.

Impregnada em todos os âmbitos da vida nacional, a violência não pode ser analisada sem seu teor político e seus vínculos com as questões econômicas. Porém, o seu alcance atinge, intimamente, as relações subjetivas e os mais variados agrupamentos sociais. Como

nos diria Adorno, “a violência esteve incorporada regularmente ao cotidiano dos homens livres, libertos e escravizados, apresentando-se, via de regra, como solução para os conflitos sociais” (ADORNO, 1996, p. 50).

As práticas sociais existentes no período colonial marcaram profundamente toda a estrutura social, política, econômica, ideológica, jurídica e cultural do Brasil. Marcada por rígidas hierarquias, o espaço da fazenda estabeleceu o recurso da violência como meio natural de resolução dos conflitos sociais e subjetivos; entre eles, as transgressões e a falta de obediência ao senhor de engenho.

Entretanto, as marcas da violência não se esgotaram no período colonial, prolongando-se por toda a vida republicana brasileira, sem falar do período ditatorial. A violência permaneceu enraizada no cotidiano nacional, sendo utilizada para resolver todos os tipos de problemas existentes. Ela atravessa todo o tecido social, perpetuando-se no seio das instituições sociais e políticas.

Para Adorno (1996), as formas da violência se imbricavam e conectavam o todo social, constituindo-se como uma rede capaz de atingir os espaços mais díspares possíveis, como a escola, a família, o trabalho e a polícia, fazendo com que tudo convergisse para a afirmação de uma sociedade autoritária.

É fato que o Brasil não chegou a viver um Estado de bem-estar social, nem chegou a construir estruturas que propiciassem estabilidade no âmbito social e trabalhista. Segundo Sales (2007), o que se vive ainda hoje no Brasil é uma cidadania escassa, marcada pela cultura da violência.

A “periculosidade” dos sujeitos, estabelecida por determinado tipo de comportamento, também se operou na sociedade brasileira como forma de desqualificar os sujeitos mais empobrecidos e naturalizar sua condição de inferioridade. Assim, a existência de desempregados, moradores de rua, “vagabundos”, acabou sendo atrelada, no decorrer da história do país, à preguiça, ignorância e incompetência, sendo a criminalidade diretamente associadas a estas figuras sociais.

No Brasil, as respostas dadas às expressões da questão social foram, historicamente, caracterizadas por sua intolerância e violência, qualificadas continuamente como problemas a serem resolvido pela polícia. Isto se deve ao fato dos setores dominantes visualizarem as manifestações da classe trabalhadora como uma ameaça à ordem pública. Nestes termos, Sales (2007) é assertiva ao salientar que “o severo controle penal e exterminador dos pobres

e outros marginalizados é ainda dominante, expressão do clamor punitivo que grassa na sociedade brasileira por mais repressão, mais prisões e penas mais rigorosas” (SALES, 2007, p. 65).

O abismo existente entre a concentração de riqueza e o aumento da miséria demonstrou a falácia dos discursos que ressaltavam que o desenvolvimento econômico acabaria com a pobreza, pois o que se observou foi exatamente o contrário, ou seja, um contínuo e permanente descompasso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Este descompasso continua tendo consequências lastimáveis para a maior parte da população, já que

a superacumulação capitalista, a extrema concentração da propriedade agrária, de todos os meios de produção e de renda, o aumento excessivo da massa e da taxa de lucros, a compressão salarial, a espoliação indireta por meio da tributação regressiva e da inflação – tudo isso que constitui o arcabouço da estratégia imposta aos brasileiros [...] conduziu a um aumento colossal da massa de subempregados e de desempregados, e ao aumento alarmante da miséria rural e da miséria urbana (GUIMARÃES, 2008, p. 27).

Estes elementos nos colocam diante de inúmeras expressões da questão social que estão intrinsecamente ligadas à da lei geral de acumulação capitalista e aos percalços gerados pelo antagonismo da relação entre a valorização do capital e a desvalorização da força de trabalho, sendo estes percalços indissociáveis desta relação. A criminalização das expressões da questão social constituiu-se como um fator recorrente no desenvolvimento da sociedade capitalista, sendo um campo de disputa política e ideológica, assim como as respostas dadas a ela.

Algumas das questões que se tornaram permanentes no desenvolvimento da história do Brasil foram: a desigualdade social, a superexploração da força de trabalho, o autoritarismo, a cultura genocida e o alijamento da classe trabalhadora dos espaços de participação política. Neste quadro, podemos citar ainda a grande produção, concentração e apropriação da riqueza socialmente produzida, assim como a concentração de terras. No Brasil, estes fenômenos foram possíveis por meio da composição de um Estado extremamente forte no seu sentido autoritário e repressivo.

Neste sentido o Estado autoritário, coercitivo, violento, terrorista em um contexto atual de conservadorismo reacionário que se caracteriza entre outros elementos pela raiva, repugnância e ódio às minorias sociais e aos pobres, existe no Brasil desde tempos coloniais. O extermínio, o fim do

outro, do causador do pânico social, do medo, da insegurança é o que anseia parte da população brasileira (SOUZA, p. 237, 2013).

Tendo em vista os elementos históricos e conceituais construídos acima, podemos avançar no debate e salientar que a adoção de um receituário de medidas e ações neoliberais a serem executadas pelo Estado no Brasil teve como principais características: a redução de gastos com as pautas sociais, as privatizações das esferas estatais, a exigência de formação de um superávit primário, entre outros. Além do que, podemos ressaltar que o neoliberalismo apenas recrudescer o já conhecido privilégio de classes para uns e repressão para outros, sendo fator importante para bloquear ainda mais a construção da cidadania.

Para sintonizar o avanço do Estado Penal em solo nacional, destacamos alguns dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2019). A partir deste levantamento foi possível constatar que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, correspondente a 773.151 presos, atrás somente dos Estados Unidos, com 2,1 milhões de presos, da China, com 1,7 milhões de presos, e da Rússia.

Fazendo uma estimativa em décadas, observa-se que a evolução das pessoas privadas de liberdade saltou de 90 mil na década de 1990 chegando a quase triplicar o seu número nos anos 2000, cuja estimativa era de 232 mil presos. Já de 2000 a 2010, o número de presos foi progressivamente crescendo até atingir, no ano de 2010, a marca aproximada de 496 mil presos (INFOPEN, 2014). É dramático observar que aumento carcerário saltou de 90 mil presos para mais de 700 mil presos.

Esta expansão desenfreada não ocorreu concomitantemente à redução de crimes violentos ou da sensação de insegurança, não havendo justificativa para o enorme custo social e econômico da prisão que não seja pelo seu fracasso, como já ressaltara Foucault (2010). O cárcere reforça os “mecanismos de reprodução de um ciclo vicioso de violência que, como padrão, envolve a vulnerabilidade, o crime, a prisão e a reincidência e, por vezes, serve de combustível para facções criminosas.” (INFOPEN, 2014, p. 7). Estes elementos levaram Ruiz e Simas a ressaltar, por exemplo, que o conceito de crime no Brasil é meramente político, “[...] principalmente quando pensamos que conduta pode ser descrita como criminosa e qual público será criminalizado pela mesma” (RUIZ; SIMAS, 2016, p. 7).

O propulsor do novo formato de atuação do Estado (penal) no mundo foram os Estados Unidos. Entre suas propostas para gestão da pobreza, encontrava-se a mudança do *welfare state*, nunca vivido no Brasil, pela *workfare state* e *prisonfare*. Este *workfare state*, baseado na obrigatoriedade do trabalho mesmo em condições precárias, não pode ser visto

como consequência da implementação do neoliberalismo no cenário brasileiro, pois a precarização do trabalho é elemento característico dessa sociedade, marcada pela superexploração da força de trabalho.

Neste sentido, parece ser mais relevante pensar em termos do *prisonfare*, que se baseia na penalização da pobreza via direcionamento ativo da polícia, dos tribunais e das prisões. Outra característica que difere o Brasil no avanço do Estado penal no mundo é que, além do encarceramento em massa, ocorre em território nacional, desde tempos coloniais, o extermínio em massa. Sendo assim, a intervenção estatal mais conhecida pela população pobre sempre foi a do Estado policial.

O Brasil, como país de capitalismo tardio, apresenta um acentuado déficit de efetivação no que tange aos comandos do Estado democrático de direito. Seja em âmbito federal ou estadual, assiste-se à inobservância de seus preceitos fundamentais, na produção normativa orientada pelo discurso penal de emergência, na atuação abusiva e violadora do aparato policial, nas punitivas sentenças sem lastro constitucional, e diante das arbitrariedades do sistema penitenciário (SOUZA, 2013, p. 243).

Logo, no Brasil, não vivemos a substituição do *welfare state* para o *workfare state*, mas vivemos entre a ampliação do *workfare state* e do *warfare state*, que pode ser entendido como um Estado de guerra patrocinado pelo Estado contra a própria população nacional. Ou seja, o avanço das formas penais e punitivas no Brasil são extremamente perversas quando somadas ao elementos de sua formação sócio-histórica.

4 Considerações Finais

A política de encarceramento ou mesmo de armazenamento permanente dos supérfluos para o capital se tornou a forma mais recorrente de administração da insegurança social gerada pela desregulamentação da economia e do trabalho. Ela, juntamente com as práticas de extermínio, vem se tornando a forma por excelência de criminalizar a pobreza. Como já havia ressaltado Wacquant (2001), a penalidade neoliberal se torna mais aguçada e encontra solo mais fértil em sociedades com fortes desigualdades sociais, onde as tradições democráticas se estabeleceram de maneira incipiente e as instituições, que poderiam reduzir os impactos provenientes das mutações no mundo do trabalho, não conseguiram lograr êxito. É assim que em relação ao Brasil, Wacquant (2001) salientou que a insegurança social

não é apenas atenuada, mas sim agravada pelas forças da ordem, instituindo sobre os pobres uma verdadeira ditadura.

Na história da humanidade existem inúmeros exemplos de como se tentou inferiorizar o outro, seja os bárbaros, os pagãos, os hereges, todos aqueles que pudessem representar alguma espécie de perigo para a “civilização”. Hoje, a história retoma alguns desses elementos para auferir políticas severas contra as populações negras, indígenas, imigrantes e pobres, apresentadas ao mundo como razão de ser do perigo à sociedade em geral.

O medo e a insegurança criminal acabam sendo os principais elementos para justificar as práticas violentas e desumanas que se repercutem em ódio e intolerância. Hoje este ódio é reacendido. É reacendido como válvula para acumulação do capital nas suas disputas territoriais, utilizando-se novamente de discursos amedrontadores para criar *bodes expiatórios* necessários para legitimar práticas de violência e extermínio ao outro.

As desigualdades sociais ampliadas no processo de mundialização do capital, incubadoras de instabilidades e inseguranças, acabaram dando à punição um lugar especial nas políticas de Estado. Assim, para conter a desordem produzida passou-se a incrementar como resposta às expressões da questão social, políticas de segurança.

No cenário brasileiro, o que vem ocorrendo é a continuação sangrenta da criminalização das populações mais precarizadas e a legitimação institucional de uma guerra aos pobres. Desta forma, fica evidente a quem serve este modelo de Estado baseado na política de encarceramento em massa e no trabalho precário, crescentes nos países centrais, e no encarceramento em massa combinado às práticas de extermínio, em países como o Brasil, cuja legitimação do seu poder se dá por meio da necropolítica, cujo racismo se apresenta como a forma de distribuir os critérios para tais mortes, sendo esta, parte do crivo para a própria necessidade de reprodução do capital.

Submetido para avaliação em 31 de janeiro de 2016

Aprovado para publicação em 31 de janeiro de 2019

Referências

ADORNO, S. *A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 1996. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down187.pdf>. Acesso em 9 fev 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOPEN*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Depen atualiza dados sobre a população carcerária do Brasil. Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/news/depen-lanca-paineis-dinamicos-para-consulta-do-infopen-2019>. Acesso em: 10 mai 2020

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, 2012. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7441/5749. Acesso em: 4 set 2015.

Fome cresce no mundo; no Brasil, afeta 5 milhões, segundo relatório da ONU. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/11/fome-cresce-no-mundo-e-no-brasil-afeta-5-da-populacao-segundo-relatorio-da-onu.amp.htm>. Acesso em: 10 mai 2020

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014*. Ano 8. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2014_20150309.pdf. Acesso em: 20 set 2015.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

Número de desempregados no mundo deve alcançar 190,5 milhões neste ano, diz OIT. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/20/numero-de-desempregados-no-mundo-deve-alcancar-1905-milhoes-neste-ano-diz-oit.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2020.

OSORIO, J. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras expressões, 2014.

RUIZ, J. L. de S; SIMAS, F. do N. *Nota técnica “abolicionismo penal” e possibilidade de uma sociedade sem prisões.* (2016). Disponível em: <http://www.cress-se.org.br/wp-content/uploads/Nota-Tecnica-CFESS-Abolicionismo-Penal.pdf>. Acesso em: 1 jul de 2017.

RODRIGUES, R. C. *O Estado penal e a sociedade de controle: o programa delegacia legal como dispositivo de análise.* Niterói, 2008 (Dissertação). Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2008/RafaelCoelho.pdf>. Acesso em: 10 set 2015.

SALES, M. A. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência.* São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, T.L.S e. Estado Penal versus Estado Democrático de Direito: a hipertrofia do poder punitivo e a pauperização da democracia. In: *Revista EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, 2013.

1% mais ricos do mundo detêm mais do dobro de 6,9 bilhões de pessoas, aponta ONG. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/19/1percent-mais-ricos-do-mundo-detem-mais-do-dobro-de-69-bilhoes-de-pessoas-aponta-ong.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2020

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.* [A onda punitiva]. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 41, 2012. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/31766/20292>. Acesso em: 8 set. 2015

_____. Bourdieu, Foucault e o Estado Penal na era neoliberal. *Revista Transgressões.* Natal, v.3, n.1, 2015